

PERSPECTIVAS DO ENSINO PRIVADO NO DEBATE SOBRE A LIBERDADE DE ENSINO NA IMPRENSA PARANAENSE DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM ESTUDO DO JORNAL *A REPÚBLICA*: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO (1889-1909).

Karen Vollbrecht Bruno (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Alessandro Santos da Rocha (Orientador), Renata Franqui (Coorientadora). E-mail: asrocha2@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Educação / Fundamentos da Educação / História da Educação.

Palavras-chave: História da Educação; Paraná Republicano; Imprensa.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise dos discursos veiculados na imprensa paranaense que promoviam a educação privada durante a Primeira República. Foram examinadas matérias do periódico *A República*, entre 1889 e 1909, com o objetivo de compreender as perspectivas e os argumentos mobilizados em prol do ensino privado. Nesse período, emergiram discursos que buscavam alinhar a educação aos ideais republicanos. Além da defesa da instrução pública, destacou-se a demanda pela liberdade de ensino, especialmente por parte dos setores privilegiados da sociedade, que viam na escola privada um meio de formar os futuros líderes da nação em construção. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, ancorada no materialismo histórico, utilizando como fontes primárias os exemplares do jornal *A República*, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Conclui-se que o periódico desempenhou papel central na legitimação da dualidade educacional, difundindo a concepção de uma escola pública destinada às classes trabalhadoras e de uma escola privada voltada à elite, ambas articuladas ao projeto de modernização republicano.

INTRODUÇÃO

Desde o período imperial (1822-1889), o Brasil vivia disputas quanto ao caráter da educação nacional. A questão da centralização ou descentralização do ensino era amplamente debatida, ora atribuída ao governo central, ora às províncias. Com a Proclamação da República, em 1889, a educação foi colocada como elemento estratégico para a modernização do país, seguindo um plano de descentralização da educação, como se viu no Paraná. Nesse contexto, a imprensa periódica assumiu papel relevante, divulgando a perspectiva da liberdade de ensino, que se apresentavam como alternativa de formação para a elite.

A liberdade de ensino deu origem a um modelo dual: de um lado, a escola privada, voltada a determinados grupos sociais e inspirada em modelos europeus; de outro, a escola pública, sob responsabilidade do Estado e destinada às classes trabalhadoras, com a função de preparar a mão de obra para o projeto republicano. Como lembra Saviani (2011, p. 170), tratava-se de um debate que ratificava “[...] o princípio de liberdade de ensino [já presente na] Reforma Leôncio de Carvalho, [que] equiparou as escolas privadas aos oficiais, mediante rigorosa inspeção dos currículos”.

O objetivo da presente pesquisa foi identificar, no período inicial da Primeira República (1889-1909), os discursos que se mostram pela imprensa e que contribuíram para a constituição do debate realizado no Paraná e que ficou marcado pela defesa da liberdade de ensino. Para tanto, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, recorreremos ao jornal *A República: órgão do Partido Republicano*, o qual evidencia sua filiação partidária para defender seus ideais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A educação na Primeira República tem sido objeto de análises relevantes. Para Nagle (1974), o período foi marcado pela emergência de um sistema dual, em que a escola pública convivia com a escola privada destinada às elites urbanas. Nesse contexto, a liberdade de ensino tornou-se eixo central, refletindo a tensão entre o papel regulador do Estado e a presença da iniciativa privada.

No Paraná, a Constituinte de 1892 definiu diretrizes para o ensino. Machado e Cury (2013, 2014) mostram que, embora houvesse defesa da gratuidade e obrigatoriedade, o texto constitucional foi sucinto, abrindo espaço para a atuação de escolas privadas sob fiscalização estatal.

A imprensa exerceu papel importante nesse processo. O jornal *A República, órgão do Partido Republicano*, divulgava anúncios de escolas privadas e defendia uma cidadania restrita aos letrados, excluindo grande parte da população analfabeta. Essa postura legitimava a centralidade da escola privada como formadora da elite dirigente (Carvalho, 1989).

Dessa forma, a pesquisa adota como metodologia a revisão bibliográfica e documental, fundamentada no diálogo com autores clássicos e contemporâneos da História da Educação, como Saviani (2011), Nagle (1974), Carvalho (1989), Gondra e Schueler (2008), além dos estudos de Machado e Cury (2013; 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A liberdade de ensino constituiu-se em um dos temas centrais do debate educacional no Paraná republicano, especialmente após a Constituição de 1892. Ao lado da obrigatoriedade e gratuidade do ensino público, destacou-se a abertura para a iniciativa privada, refletindo os interesses das elites em alinhar a educação ao projeto de modernização.

O jornal *A República*, criado em 1886, foi um dos principais veículos desse debate. Declarava-se aliado de periódicos como *A Província de São Paulo* e a *Federação de*

Porto Alegre. Sob a redação de Eduardo Gonçalves, manteve o ideário positivista e federalista, com defesa do militarismo e da candidatura de Marechal Deodoro. Defendia, ainda, que a cidadania fosse restrita aos letrados, reforçando o privilégio das elites e divulgando a escola privada.

As primeiras leis do Paraná republicano reafirmavam a liberdade de ensino e apontavam a atuação das instituições privadas como complemento à instrução pública, embora limitadas pela falta de escolas e pela dificuldade de fiscalização. A laicidade e a obrigatoriedade também foram pautas recorrentes, mas o texto final da Constituição de 1892 reduziu-se a um artigo sobre gratuidade e caráter público do ensino (Machado; Cury, 2013, 2014).

Assim, a defesa da liberdade de ensino não se restringiu à legislação, mas encontrou na imprensa um meio de legitimação. O jornal *A República* consolidou a concepção dual de escola: pública, destinada às classes populares, e privada, voltada às elites.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a liberdade de ensino no Paraná republicano articulou-se com as disputas políticas e econômicas que marcaram a formação do Estado. A Constituição estadual de 1892 abriu espaço para a coexistência entre escolas públicas e privadas, revelando tanto a preocupação com a instrução popular quanto a defesa dos interesses das elites.

Nesse processo, a imprensa exerceu papel decisivo como agente de legitimação. O jornal *A República* difundiu ideias que reforçavam a importância da iniciativa privada no ensino e fortalecia um projeto educacional alinhado à preservação dos privilégios sociais.

Dessa forma, a defesa da liberdade de ensino representou, ao mesmo tempo, um avanço em relação à diversificação institucional e a consolidação da dualidade escolar, destinando à escola pública a formação das classes trabalhadoras e à escola privada a preparação das elites dirigentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Araucária pelo Financiamento desta pesquisa no Âmbito do PIBIC-FA; ao meu orientador Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha pelo incentivo à pesquisa; à Universidade Estadual de Maringá pela formação pública e gratuita, e à minha família pelo apoio constante.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GONDRA, J; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império**

brasileiro. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná – 1892. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 227-243, jul./set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300015>.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação na constituição paranaense de 1892. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 2014. Disponível: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i2.20465>.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1974.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.